



COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO 14/2023

I – MATERIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO 014/2023 Regulamenta, em face do art. 191 da Lei nº 14.133, de 2021, o regime de transição entre as Leis números 8.666, de 1993, 10.520, de 2002 e 12.462, de 2011 no âmbito do Poder Legislativo de Paranatinga e dá outras providências

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado os pareceres jurídicos e técnico, **PROJETO DE RESOLUÇÃO 014/2023** Regulamenta, em face do art. 191 da Lei nº 14.133, de 2021, o regime de transição entre as Leis números 8.666, de 1993, 10.520, de 2002 e 12.462, de 2011 no âmbito do Poder Legislativo de Paranatinga e dá outras providências

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução 014/2023.



III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão de constituição e justiça, após análise do Projeto de Resolução 014/2023. Conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 18 de dezembro de 2023.

Cleiton Rodrigues da Silva

Presidente

____ Ausente ____

Deroci de Matos

membro

Cicero Pereira Filho

Relator



COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO 15/2023

I – MATERIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO 015/2023 - Dispõe sobre o PAAI – plano anual de auditoria interna para 2024, da unidade de controle interno, no âmbito do poder legislativo do município de Paranatinga-MT. e, dá outras providências.

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado os pareceres jurídicos e técnico, **PROJETO DE RESOLUÇÃO 015/2023** - Dispõe sobre o PAAI – plano anual de auditoria interna para 2024, da unidade de controle interno, no âmbito do poder legislativo do município de Paranatinga-MT. e, dá outras providências.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução 015/2023.

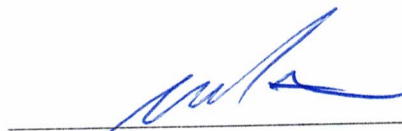


III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão de constituição e justiça, após análise do Projeto de Resolução 015/2023. Conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 18 de dezembro de 2023.



Cleiton Rodrigues da Silva
Presidente

____ Ausente ____
Deroci de Matos
membro



Cicero Pereira Filho
Relator



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI 214/2023

PROJETO DE LEI Nº 214/2023 Dispõe sobre a aplicação e o pagamento do complemento salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, nos termos da lei federal nº 14.434/2022, da emenda constitucional nº 127/2022, da lei federal nº 14.581/2023 e da portaria GM/MS nº 1.135/2023, e dá outras providências.

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável aos projetos: **PROJETO DE LEI Nº 214/2023** Dispõe sobre a aplicação e o pagamento do complemento salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, nos termos da lei federal nº 14.434/2022, da emenda constitucional nº 127/2022, da lei federal nº 14.581/2023 e da portaria GM/MS nº 1.135/2023, e dá outras providências.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 214/2023.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão de constituição e Justiça, após análise do Projeto de Lei 214/2023, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 18 de dezembro de 2023.

Cleiton Rodrigues da Silva

Presidente

Ausente

Deroci de Matos

Membro

Cicero Pereira Filho

Relator